

TC 032.022/2015-8 (com 25 peças)  
Tomada de contas especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

A unidade técnica forneceu proposta de correção de suposto erro material verificado no Acórdão 4.747/2018-TCU-1ª Câmara, em razão das ocorrências consignadas na instrução de peça 23, a seguir transcrita:

“1. Trata-se de tomada de contas especial (peça 1, p. 233-247) instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) / Ministério da Educação, em face do Sr. Francimar Marculino da Silva (CPF 055.651.383-53), prefeito do Município de Governador Newton Bello/MA na gestão 2005-2008, em razão de impugnação parcial de despesas dos recursos repassados ao sobredito Município, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2007.

2. Em Sessão Ordinária da 1ª Câmara, datada de 22/5/2018, foi proferido Decisão de mérito nos autos, Acórdão 4.747/2018-TCU-1ª Câmara (peça 15), com o julgamento pela irregularidade das contas e a condenação em débito e multa do responsável.

3. Consigno falha, *s.m.j.*, insanável, de ausência de indicação do advogado da parte na pauta (peça 22), quanto aos procuradores de Francimar Marculino da Silva, Senhora Sônia Maria Lopes Coelho (OAB/MA 3811); Sr Marcos Antonio Amaral Azevedo (OAB/MA 3665); Sr. José Alberto Santos Penha (OAB/MA 7221); e Sr. Wesley Lima Maciel (OAB/MA 9548), peça 11, p.9, porque o Tribunal não intima pessoalmente a parte acerca da data da sessão de julgamento, e nos termos da Resolução-TCU 164/2003, em seu art. 40, estabelece a obrigatoriedade de constar na pauta de julgamento publicada o nome e o número da OAB do advogado constituído nos autos, *in verbis*:

Resolução –TCU 164/2003

Art. 40. Havendo advogado constituído nos autos, o gabinete do relator deverá consignar obrigatoriamente seu nome e o respectivo número de inscrição na OAB na lista destinada à constituição de pauta a ser publicada no Diário Oficial da União ou no Boletim do Tribunal de Contas da União.

4. Nesta diretriz, acresço a determinação contida no artigo 145, § 3º, do Regimento Interno do TCU, em que nos atos processuais – o que se aplica à publicação das pautas –, é necessário indicar apenas um dentre os vários procuradores que a parte pode constituir, o que inexistiu no caso em tela.

5. Neste sentido o Ministro Marcos Bemquerer aborda a questão em voto no acórdão 7.106/2014-2ª Câmara, disciplinando como vício insuperável a omissão do nome do advogado da parte, pois nessa situação a publicidade do ato processual sofre golpe mortal, inviabilizando ou represando o princípio constitucional da ampla defesa e o contraditório da parte.

‘8. É que, conforme apontado pela recorrente, a publicação no Diário Oficial da União da pauta do dia 29/7/2014 referente a estes autos constou de forma expressa a informação de que não havia advogados constituídos nos autos (peça 156, p. 38).

9. Todavia, como faz prova a Procuração constante da peça 146, aquela firma havia instituído dois causídicos para atuar neste processo desde 20/3/2014.

10. Em situações similares a que ora se examina, esta Corte tem entendido que a situação consubstancia inviabilidade da produção de ampla defesa e de contraditório, sendo considerada, portanto, como falha insanável a atrair a necessária declaração de insubsistência do decisum combatido (Acórdãos 3.132/2010 – Plenário e 3.000/2013 – 2ª Câmara).

11. Como destacado pelo Exmo. Ministro Benjamin Zymler, no Voto condutor do Acórdão 3.000/2013 – 2ª Câmara:

‘9. Esta omissão, consoante alegou a embargante, inviabilizou a produção de sustentação oral e, conseqüentemente, comprometeu a adequada defesa de seus interesses.

10. Assiste razão à embargante. O dano restou evidenciado, pois o processo foi apreciado pelo Tribunal sem o conhecimento da (...), prejudicando o exercício da ampla defesa e do contraditório.

11. De acordo com o § 1º do art. 236 do Código de Processo Civil, aplicável analógica e subsidiariamente ao TCU por força da Súmula 103, é indispensável, sob pena de nulidade da deliberação proferida, que da pauta de julgamentos publicada constem os nomes dos interessados e de seus advogados de forma suficiente para sua identificação.’

12. Nesse sentido, cumpre tornar insubsistente o Acórdão 3.859/2014 para que a falha ora aventada seja suprida.’

6. Assim, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea ‘d’, do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, propomos encaminhar os autos ao gabinete do Ministro-Relator, Walton Alencar Rodrigues, sugerindo que seja retificado o vício encontrado no Acórdão 4.747/2018-TCU-1ª Câmara.”

## II

O Ministério Público de Contas considera que o caso sob exame configura hipótese de vício insanável, que demanda a declaração de nulidade do Acórdão 4.747/2018-TCU-1ª Câmara. Não se pode, pois, cogitar de aplicação da orientação contida na Súmula TCU 145, que trata da correção de erros materiais.

Note-se inicialmente que a falha apontada pela unidade técnica consiste na falta de explicitação do nome de um dos advogados constituídos pelo responsável na pauta da sessão em que o presente processo veio a ser julgado (pauta da Primeira Câmara – Sessão Ordinária de 22/5/2018).

Omissão dessa natureza pode configurar violação ao contraditório e conseqüente nulidade do respectivo acórdão. Disso pode resultar sua anulação. É bem verdade que a omissão da parte em apontar o vício após a notificação da decisão dá ensejo à convalidação, consoante orientação revelada por recente deliberação do Tribunal, extraída da Jurisprudência Seleccionada:

“Enunciado

A ausência ou a indicação equivocada do nome do representante legal da parte no acórdão ou na pauta de julgamentos, que constitui nulidade relativa, será corrigida somente se a parte, reputando-se prejudicada, alegar, na primeira oportunidade de manifestação, a ocorrência do

vício, nos termos do art. 278 do CPC, sob pena de preclusão do direito de apontar a falha e de convalidação do ato.” (Acórdãos 2.682/2018 e 184/2019, ambos do Plenário)

No caso concreto, o responsável foi notificado pessoalmente da referida decisão (peça 21), mas não alegou prejuízo de nenhuma ordem resultante da apontada omissão. No entanto, conforme disposto no art. 179 do Regimento/TCU, “§ 7º **Quando a parte for representada por advogado, a comunicação deve ser dirigida ao representante legalmente constituído nos autos**” – grifou-se.

Assim sendo, não se poderia falar em convalidação no caso sob exame, tendo em vista que tal comunicação deveria ter sido dirigida a seu procurador e não à parte. A convalidação poderia ter ocorrido se seu advogado tivesse sido notificado da decisão e não apontasse a aventada omissão.

Além disso, afigura-se prudente promover o saneamento deste feito, a fim de impedir eventual declaração de nulidade em momento futuro. Por todos esses motivos, impõe-se a anulação do mencionado acórdão condenatório.

### III

O Ministério Público de Contas, ante o exposto, propõe seja declarada a nulidade do Acórdão 4.747/2018-TCU-1ª Câmara.

Brasília, 2 de maio de 2019.

**Júlio Marcelo de Oliveira**  
Procurador